

ATA N.º 002 – 2021/2025 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021. -----

Aos vinte dias do mês de dezembro, do ano dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu, na Delegação Norte, a Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, em sessão ordinária, presidida pela Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, secretariada por Cátia Daniela Azevedo Maia Laúndos e Joaquim Oliveira Carvalho. Verificadas as presenças, constatou-se estarem presentes dezoito membros: -----

Sandra Maria Araújo de Amorim -----

Ana Paula Valadas Nunes Correia -----

Cátia Daniela Azevedo Maia Laúndos -----

Cláudio Miguel Lima da Fonte -----

Diana Isabel Almeida Carvalho -----

Joaquim Oliveira Carvalho -----

José Antonino Monteiro da Silva Cadeia -----

José Armando de Eça Guimarães de Oliveira Félix -----

José Carlos Costa Oliveira Sá -----

Mário Jorge Ferreira Fernandes -----

Mário Pontes Lima -----

Miguel Ângelo Marques Nascimento -----

Miguel Ângelo Oliveira Marques -----

Octávio Arlindo Rodrigues da Mata -----

Paulo Jorge Araújo Afonso Vazquez Y Leite -----

Pedro Miguel Faria de Andrade -----

Teresa Alexandra Pinto -----

Teresa Marques Maio -----

Estiveram presentes os seguintes elementos do executivo: -----

José Ricardo dos Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, Amadeu Matias da Silva, Secretário, Estevão Guerra Liberal, Tesoureiro, e os vogais Maria Alice Pereira Ribeiro, Olíndina de Jesus Pereira Novo, Bruno Emanuel Oliveira Novo e Carla Isabel Marques Pinheiro. -----

Secretariou a sessão a Coordenadora Técnica Marilde Marisa Moreira Marques Moita da Silva, funcionária designada para lavrar as atas das sessões da Assembleia de Freguesia. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Mesa da Assembleia, apresentou respeitosos cumprimentos aos Membros da Assembleia; ao Sr. Presidente da Junta e aos elementos do seu Executivo; aos Funcionários da Junta; aos representantes da Comunicação Social e aos poveiros presentes e desejou que sejam bem-vindos a esta sessão ordinária da Assembleia. -----

Mencionou a substituição de Maria de Fátima Torres Alves, do PSD, por Paulo Jorge A. A. Vazquez Y Leite, sendo que a falta foi comunicada à Mesa e será devidamente justificada. Registou-se ainda a falta do membro da IL, Filipe Fernandes Vital e Silva, sem substituição. -----

Informou a entrada de um novo elemento para a Assembleia, Teresa Marques Maio, em substituição de Ânsel Miguel Sousa Coelho, do PS, que renunciou ao mandato. -----

Na qualidade de Presidente, fez votos para que esta sessão decorra num ambiente saudável, de debate construtivo pautado pelo respeito mútuo e espírito

democrático. Fez um apelo para serem evitadas as conversas paralelas e os diálogos e solicitou que sejam cumpridos os tempos de intervenção previstos para cada membro. -----

Verificadas as presenças através da assinatura da folha de presenças que constará como anexo n.º 1 a esta ata e confirmada a existência de quórum, informou que a convocatória foi efetuada nos termos da lei e deu a palavra a Joaquim Oliveira Carvalho que, após cumprimentar todos os presentes, leu o Edital da convocatória. -----

LEITURA DO EDITAL DA ORDEM DE TRABALHOS -----

A Ordem de Trabalhos da Convocatória foi a seguinte: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM - Informação da Presidente da Assembleia. -----

PONTO DOIS - Intervenções de caráter geral. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO TRÊS – Apreciação da informação do Presidente da Junta acerca da atividade desta e da situação financeira da União das Freguesias, de acordo com o art.º 9º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 75/2013. -----

PONTO QUATRO - Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril (cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2021 pelo Decreto-Lei n.º 6-D/2021 de 15 de janeiro).-----

PONTO CINCO - Apresentação, discussão e votação de projeto de Regimento e de propostas apresentadas. -----

PONTO SEIS - Apresentação, discussão e votação de proposta do Mapa de Pessoal e do Organograma da Junta para o ano de 2022. -----

PONTO SETE - Apresentação, discussão e votação de proposta do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças a cobrar e não cobradas para 2022. -----

PONTO OITO - Apresentação e discussão e votação de proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício do ano 2022. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM - Informação da Presidente da Assembleia. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, do PSD, Presidente da Assembleia, informou que foi rececionada correspondência endereçada à Mesa, para além dos convites que foram partilhados com os Membros. A correspondência foi enviada pelo Membro da Iniciativa Liberal (IL), Filipe Fernandes Vital e Silva, questionando o fundamento legal da obrigatoriedade de apresentação de certificado digital COVID ou comprovativo de vacinação ou comprovativo de realização laboratorial de teste com resultado negativo. Ao referido membro foi dado conhecimento do parecer que solicitamos ao Sr. Delegado de Saúde, confirmando essa mesma obrigatoriedade, com base no artigo 13.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 157/2021, 27 de novembro. Também a ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) confirmou essa mesma obrigatoriedade. -----

Deu conhecimento que foi efetuado um Seguro de Acidentes Pessoais para membros da Assembleia, no cumprimento da Lei 29/87 de 30 de junho (Estatuto dos Eleitos Locais), no seu Art.º 17.º n.º 1. -----

Referiu que as ATAS das sessões da Assembleia são redigidas com as transcrições integrais das intervenções no corpo da ata, desde que os textos sejam entregues em papel até ao final da Assembleia e sejam depois enviados

por email, em formato editável (Word), nos quinze dias seguintes à realização da sessão da Assembleia. Esta foi uma sugestão apresentada pela Bancada do PS no mandato anterior e que a Mesa aceitou. -----

Informou que os resultados da votação dos documentos apreciados nesta sessão serão comunicados, por ofício, ao Sr. Presidente da Junta, produzindo, assim, os necessários efeitos imediatos. -----

PONTO DOIS - Intervenções de carácter geral. -----

A Presidente da Assembleia lembrou que este ponto não deverá ultrapassar os 60 minutos, como previsto no Regimento da Assembleia. Pediu que cada membro respeite os 5 minutos como tempo máximo para a sua intervenção. Abriu o espaço para as intervenções, procedendo às inscrições dos membros: - **Mário Jorge Ferreira Fernandes**, do PSD, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e apresentou a proposta que se transcreve: "Pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias) e em cumprimento da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio (que aprovou o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica), foi criada a União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, por agregação da Freguesia da Póvoa de Varzim, da Freguesia de Beiriz e da Freguesia de Argivai. -----

Decorridos oito anos, a Assembleia da República promulgou a Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias (e revoga a citada Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro). -----

Este diploma legal vem abrir a possibilidade de se voltarem a criar as freguesias extintas em 2013. -----

Neste contexto, importa recordar que, ao tempo, a Assembleia Municipal se pronunciou no sentido da manutenção das 12 freguesias do Município da Póvoa de Varzim! -----

De facto, em sessão de 11 de outubro de 2012, o órgão deliberativo aprovou, por decisão unânime, a proposta então apresentada pelo Partido Social Democrata, cujo teor se transcreve: -----

"1. Considerando: -----

a) Que, no essencial, a atual estrutura administrativa autárquica data do período liberal - ou seja, tem mais de século e meio; -----

b) Que, entretanto, o país mudou muito, sobretudo no último quarto de século: urbanizou-se e litoralizou-se, ou seja, desordenou a ocupação do território (sobrepovoado e jovem no litoral, quase deserto e envelhecido no interior); ----

c) Que estas alterações no tecido físico, sócio económico e cultural do país exigem políticas integradas de diversa natureza e um novo paradigma para a administração local, não só ao nível da sua organização, atribuições e recursos, mas também (e sobretudo) no tocante à adoção de novas estratégias de desenvolvimento (mais direcionadas para o crescimento económico e cultural, ou seja, para a qualidade de vida); -----

2. Mas considerando também: -----

a) Que a reforma que urge empreender deve abarcar a totalidade da administração e, nas matérias aqui em apreço, deve estender-se a tudo quanto conduza à descentralização e desconcentração de tarefas, não se cingindo, como parece, às freguesias - aliás, e inquestionavelmente, o segmento da administração com os melhores indicadores de eficiência na gestão dos escassos recursos públicos que lhes têm sido confiados; -----

b) Que a reforma que urge empreender deve valorizar e potenciar não só o importante ativo social que é a proximidade entre as populações e a sua autarquia-base, como também o que as freguesias representam para a identidade das comunidades, para a sua memória coletiva e, portanto, para a riqueza cultural do país; -----

c) Que a reforma que urge empreender deve respeitar as especificidades locais, que valorizam e enriquecem o todo nacional, não as submetendo à ditadura estatística da régua e do esquadro; -----

3. E considerando finalmente que, na Póvoa de Varzim, -----
- a progressiva diluição das dicotomias urbano/rural e litoral/interior, patente na homogénea distribuição da população pelo território municipal, -----
- e o rácio freguesias/população (12 para 63.000 habitantes, ou seja, 5.250 habitantes em média por freguesia) justificam plenamente a manutenção da atual administração territorial autárquica, -----
propomos que a Assembleia Municipal emita Pronúncia no sentido da manutenção das atuais 12 freguesias deste Município." -----

Fim de citação -----

Analisando o caso concreto desta União, é de admitir que cada uma das Freguesias, Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, preenche os critérios de apreciação constantes da Lei n.º 39/2021: -----

1. Prestação de serviços à população; -----
2. Eficácia e eficiência da gestão pública; -----
3. População e território; -----
4. História e identidade cultural. -----

A Bancada do PSD desta União de Freguesias apresenta esta proposta, dando início ao processo de separação das três freguesias. -----

Deste modo, os signatários, na sua qualidade de membros da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, propõem que o órgão deliberativo: -----

1. Se pronuncie no sentido da criação da Freguesia da Póvoa de Varzim, da Freguesia de Beiriz e da Freguesia de e Argivai; -----
2. Decida convocar uma sessão extraordinária da Assembleia de Freguesia, para a data que se entender oportuna – e enquadrada nos prazos estabelecidos no referido diploma legal – tendo como ponto único da Ordem do Dia a apreciação e votação de Proposta de criação da Freguesia da Póvoa de Varzim, da Freguesia de Beiriz e da Freguesia de Argivai, com a conseqüente extinção da União das Freguesias." -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, colocou a proposta do PSD em aceitação e foi aceite por UNANIMIDADE. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra a quem quisesse intervir: -----

Miguel Ângelo Marques Nascimento, do PS, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e disse que esta é uma proposta que reuniu consenso na campanha eleitoral e à qual são altamente solidários e disponíveis para que se realize, esperando que se cumpram prazos e seja expedita a resolução. Uma vez que é consensual, não apresentará a proposta do PS e espera que possam dialogar previamente e ter colaboração interpartidária. Afirmou que podem contar com a total disponibilidade do PS em tudo que forem boas lutas e no interesse dos poveiros, pois nestes casos a política partidária não irá interferir na reunião de consensos. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, colocou a proposta do PSD em votação e foi aprovada por UNANIMIDADE. -----

Pedro Miguel Faria de Andrade, da CDU, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "Nesta União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, e de acordo com os resultados das últimas eleições autárquicas, a CDU passou de última força política para terceira. De facto, a CDU estava no último lugar da importância eleitoral, mas foi, por vontade da população da Póvoa, Beiriz e Argivai, a única força política que mereceu mais votos do que em 2017. Todos os partidos que se apresentaram nas penúltimas autárquicas tiveram resultados inferiores este ano, se olharmos para o número de votos que cada força política mereceu. A exceção é a CDU. De facto, o PSD perdeu mais ou menos 20 votos, o PS perdeu 700 eleitores, o BE à volta de 100 e o CDS ficou reduzido a zero por não ter sequer concorrido, tendo os partidos mais à direita absorvido os seus votos. Enquanto isto acontece, a CDU mereceu quase mais 150 votos do que em 2017 e foi, portanto, a única força política a crescer em número de votos, num contexto de abstenção elevada que levou a que menos mil poveiros fossem às urnas, comparando com o que aconteceu em 2017. -----

O que significa isto? -----

Significa que a responsabilidade da CDU também aumentou e é com esse sentido da responsabilidade, já habitual, mas agora reforçado, que encaramos este mandato. -----

Continuando no uso da palavra fez a intervenção que se transcreve: "Um dos temas abordados pela CDU na campanha de esclarecimento proporcionada pelas autárquicas, prende-se com o facto de defendermos a criação duma sede digna e funcional para a Junta de Freguesia da Póvoa de Varzim, de forma a que estivessem, também aí, disponíveis os serviços da autarquia. -----

Desta forma, solicitamos ao senhor Presidente que nos esclareça se o novo edifício que está contemplado no Plano de Atividades terá as necessárias valências inerentes a um bom funcionamento da União das Freguesias? Por exemplo, estará a ser contemplado um anfiteatro ou uma sala onde possam decorrer estas assembleias de forma adequada? E esse eventual edifício para onde a sede da junta mudará será alugado? Refira-se que a nosso ver, a aquisição ou construção seria a opção que mais defenderia os interesses das populações. E onde se localiza o edifício? -----

O senhor Presidente concordará comigo que este é um tema a abordar e que estes esclarecimentos são claramente necessários." -----

E falando sobre a desagregação das freguesias, **Pedro Miguel Faria de Andrade** fez a intervenção e proposta que se transcreve: "Aproveito também esta oportunidade para vos dizer que no que diz respeito ao processo de desagregação das freguesias extintas em 2013, pela CDU o problema estaria resolvido a tempo das eleições de 2017. Nova tentativa em 2020 para reverter esta lei injusta de agregação de freguesias ao arrepio da vontade das populações, sofreu o chumbo na Assembleia da República do PS, PSD, CDS, IL e CH. E a lei que foi aprovada, em maio deste ano, está infelizmente escrita de modo a que a desagregação das freguesias só aconteça (vamos a ver) nas próximas eleições autárquicas, em 2025. -----

Ou seja, na nossa opinião, as populações de Beiriz e Argivai foram novamente enganadas. Apesar de avisadas, o que é um facto é que este erro se vai perpetuar e as populações é que sofrem. -----

A CDU apresenta, mesmo assim, uma recomendação para que este tema seja levado a uma próxima Assembleia de Freguesia e à Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim, no sentido de realçar a necessidade imperiosa de repor as freguesias extintas. É que a extinção de freguesias traduziu-se numa menor intervenção na resolução de problemas locais, perda de identidade e de proximidade, mais isolamento e perda de serviços públicos. E quem fica prejudicado com tudo isto? As populações de Beiriz e Argivai, mas também as de Amorim, Terroso e Navais. -----

Propomos assim colocar a União das Freguesias de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai ao serviço de todas as populações que residem na sua área geográfica, numa visão solidária e de proximidade, procurando responder aos problemas de cada um dos seus habitantes. E passou a ler a recomendação que transcrevemos: O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos seus órgãos autárquicos. -----

Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na sua generalidade, não trouxe ganhos financeiros e afastou os eleitos das populações, dificultou a capacidade de intervenção na resolução de problemas, perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos eleitos. -----

Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas. De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----

Note-se ainda que os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----

Passados oito anos da extinção de freguesias e mantendo-se viva a vontade e a luta pela sua reposição, o que se impunha era dar uma resposta cabal às populações, era a criação de um regime excecional que permitisse que as freguesias pudessem ser repostas, com eleições em 2021, como o PCP propôs na sua iniciativa legislativa. -----

A Lei nº 39/2021 de 24 de junho, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias aprovado na Assembleia da República, não responde cabalmente à reivindicação das populações, de reposição das freguesias onde seja essa a sua vontade. -----

Aquando da discussão das iniciativas legislativas na Assembleia da República, o PCP afirmou que estávamos perante duas matérias: -----

a) Uma, a discussão sobre a definição dos critérios para a criação de novas freguesias (freguesias que não existiram no passado), considerando que não havia legislação, porque o Governo PSD/CDS quando extinguiu as freguesias revogou também a legislação que determinava os critérios para a criação de freguesias. -----

b) Outra discussão era a da criação de um regime transitório e excecional para a reposição das freguesias, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos. Neste regime transitório, a reposição de freguesias devia

respeitar sobretudo a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos. A obrigação de cumprimento de alguns dos critérios no processo de reposição de freguesias, como determina o diploma aprovado, na prática inviabiliza a devolução de muitas freguesias às populações, mesmo que estas o defendam. -----

Apesar do seu conteúdo, mas ainda assim, para permitir que as freguesias que se enquadrem nos critérios impostos por esta Lei, possam ser repostas, o PCP absteve-se na votação final global. -----

Impõe-se agora intervir para procurar a máxima concretização das possibilidades de reposição das freguesias. Nesse sentido deve ser tido em conta que a Lei nº 39/2021 de 24 de junho entra em vigor 180 dias após a sua publicação, ou seja, no final de dezembro de 2021. -----

Após essa data e durante um ano, terão início os procedimentos visando a reposição das freguesias extintas, nos termos do artigo 25º (procedimento especial, simplificado e transitório), mediante deliberação das respetivas assembleias de freguesia e assembleias municipais. -----

Assim, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, reunida a 20 de dezembro de 2021 delibera: -----

1 - Recomendar ao Presidente da Assembleia de Freguesia que tome as medidas necessárias para reposição das freguesias de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos, designadamente convocando uma Assembleia de Freguesia da qual conste a proposta de criação das freguesias de Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai para o mais breve prazo possível. -----

2 - Enviar para o Primeiro-Ministro, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Presidente da Assembleia Municipal da Póvoa de Varzim, ANAFRE, ANMP e Comunicação Social. -----

Solicito, portanto, que esta recomendação seja discutida e votada." -----

A Presidente da Assembleia colocou a recomendação da CDU em aceitação e foi rejeitada por maioria, com 11 votos contra e 7 votos a favor. -----

Miguel Ângelo Oliveira Marques, do PSD, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a declaração de voto que se transcreve: "Relativamente à recomendação apresentada pela CDU a bancada do PSD vota contra a sua aceitação, porque não faz sentido discutirmos uma recomendação apresentada sobre o tema da desagregação de freguesias, visto que começamos esta assembleia por apresentar uma moção a qual já votamos e à qual o Executivo e a Mesa irão dar seguimento". -----

Miguel Ângelo Marques Nascimento, do PS, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: "Votamos favoravelmente a proposta do PSD, pois todos juntos poderemos ter maior impacto com uma só proposta no mesmo sentido. É importante constar da ata que no que diz respeito à proposta da CDU, não temos espaço para debate pois não foi aceite e devíamos ficar esclarecidos e saber o que os outros grupos parlamentares pensam". -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, apresentou cumprimentos e em resposta a questões formuladas esclareceu que a nova sede da Junta passa pela aceitação do Município de uma proposta da Junta para que possamos ocupar o edifício dos antigos serviços. Isto porque precisamos de um espaço onde possamos trabalhar com as condições dignas duma junta de freguesia com o número de serviços e valências que colocamos ao serviço da população. Disse

ainda, a título de exemplo, que o nosso serviço de psicologia está a fazer consultas no 1.º andar da Rua da Igreja, antiga sala do presidente, mas que é a única com condições de privacidade para exercer as suas funções. Afirmou que de facto concorda com a proposta legislativa da CDU, mais simples, em que se faria uma reversão do processo de desagregação. Esclareceu que esta União das Freguesias apresentou contestação ao projeto-lei, junto da ANAFRE e da Assembleia da República, na altura certa. De facto, trata-se de uma lei com um conservadorismo brutal levando a desagregação a três instâncias (Assembleias de Freguesia, Municipal e da República) e que ao mesmo tempo envereda por inovações como a agregação de freguesias intermunicipais. A proposta inicial inviabilizava quase na generalidade dos casos a desagregação, pelo que fornecemos várias sugestões. Disse ainda que este será um trabalho conjunto em prol da desagregação de freguesias, mas que só a Assembleia da República poderá decidir e validar a desagregação. -----

Mário Pontes Lima, do CHEGA, no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: "Cumprimento a Presidente da Mesa, o Senhor Presidente da Junta, restantes membros do Executivo, os membros desta Assembleia e público em geral. -----

Desejo a todos bons trabalhos durante o mandato, em respeito com os compromissos assumidos perante os eleitores desta união de freguesias. -----
Começo por realçar que é com muita honra que represento o Chega nesta assembleia. Agradeço aos fregueses da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, que quiseram com o seu voto, a presença do Chega logo na sua estreia em eleições autárquicas, o que registamos com satisfação e compromisso de responsabilidade. -----

Procuraremos contribuir sempre para um debate elevado, democrático e acima de tudo a pensar no bem-estar e melhoria das condições de vida de todos os fregueses. -----

Apesar das limitações que influenciarão o nosso mandato, não deixaremos de trabalhar em prol da comunidade, em cultura de diálogo, respeito e sã convivência com as outras forças políticas, nunca abdicando dos valores do Chega." -----

Teresa Marques Maio, do PS, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção e apresentou a proposta que se transcreve: "O Grupo do Partido Socialista gostaria de apresentar uma proposta para discussão e votação por esta assembleia que passarei a apresentar sucintamente. A arte urbana tem se notabilizado um pouco por todo o mundo como agente reabilitador de edifícios, equipamentos, áreas verdes e espaços públicos, potenciando o valor cultural da localidade onde se insere. Tem sido um fator de integração da comunidade com os próprios espaços, oferecendo condições mais apelativas à fruição dos mesmos. -----

Propomos a criação de um concurso que sirva principalmente como um instrumento agregador e de aproximação à sua comunidade, que valorize e divulgue o trabalho dos poveiros, beirizienses e argivaienses. O concurso deve ter, como incentivo à participação e à criatividade artística, um prémio e um regulamento que determine essas mesmas regras, de candidatura e atribuição da recompensa. -----

O concurso tem como objetivo geral o enquadramento e qualificação desta arte urbana, contribuindo para uma consciente participação dos fregueses, para a formação artística e para a preservação e valorização da estética do meio

urbano. Tem também o objetivo de dotar os espaços públicos de traços personalizados e característicos da identidade cultural das suas gentes, que contribuíram para essa valorização. -----

Em síntese, a proposta tem por base a criação de um concurso de arte urbana. Como tal, a arte urbana pode e deve ser uma forma de colorir a união de freguesias e embelezar o nosso espaço. -----

Não só tem a capacidade de tornar este mais bonito, como também dá a oportunidade aos artistas poveiros de terem uma tela em branco para criarem a sua arte. -----

Como órgão executivo que afirma promover a Cultura, seria de considerar a questão da arte urbana, uma tendência recente, mas já muito proeminente. Sabemos que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia já considerou esta ideia interessante e manifestou-se favoravelmente à sua criação. -----

Como tal, o Partido Socialista propõe a criação deste concurso e esperamos que possa haver consenso nesta matéria. Queremos uma freguesia embelezada, como é obvio. Mas, tão ou mais importante que isso, queremos dar a oportunidade aos artistas poveiros, beirizienses e argvaienses de desenvolverem o seu talento." -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, colocou a proposta do PS em aceitação e foi aceite por UNANIMIDADE. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra a quem quisesse intervir, mas ninguém teve nada a dizer. -----

Colocada a proposta do PS em votação, foi aprovada por UNANIMIDADE. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO TRÊS – Apreciação da informação do Presidente da Junta acerca da atividade desta e da situação financeira da União das Freguesias, de acordo com o art.º 9.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 75/2013. -----

A Presidente da Assembleia passou à discussão deste assunto e perguntou se algum membro queria intervir: -----

Miguel Ângelo Marques Nascimento, do PS, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "A apreciação da Informação do Presidente é um importante momento no âmbito da fiscalização da ação do executivo. -----

O sucesso da ação da JF é um desígnio coletivo, não pertence apenas à maioria PSD, porque as oposições pugnam também pelo bem-estar dos fregueses e a bondade da sua visão deve ser reconhecida, ainda que não seja partilhada pelo executivo. -----

Este momento é um momento de reflexão crítica, avaliação e ponderação do que está a correr bem e deve ser reconhecido, mas principalmente do que deveria estar a correr melhor, sendo nossa atribuição enquanto representantes do povo, contribuir para a correção das falhas e bater-nos exigentemente pelo futuro das nossas freguesias. -----

Nesse sentido, e sendo este um momento de informação e, portanto, de comunicação do Presidente por excelência, bem como de avaliação da sua ação política, este documento suscita uma reflexão sobre transparência e em particular a diferença entre comunicação e propaganda. -----

A comunicação é um dos elementos mais importantes da ação de um órgão público, porque é a única forma de garantir a necessária proximidade às pessoas, o acesso fácil à informação e o sucesso de qualquer política pública. De nada adianta desenvolver excelentes projetos e medidas, se os fregueses

não aderirem e participarem, fazendo deles um sucesso. A falta de comunicação pode matar uma medida importante e é reveladora de um distanciamento inaceitável face à população. -----

Em contrapartida, temos a propaganda. Não no sentido antidemocrático do termo, evidentemente. A propaganda existe em democracia e ocupa no nosso regime um espaço muito importante. É bom de ver que, porventura, o momento mais pródigo em propaganda na nossa sociedade são as campanhas eleitorais que antecedem as eleições, um momento democrático por excelência e no qual a propaganda tem um papel essencial. -----

Preocupante é, no entanto, quando a escassez de comunicação efetiva leva a uma predominância inegável da propaganda, como inevitavelmente se constata hoje na nossa União de Freguesias. O Partido Socialista desejava realmente que as políticas desta União fossem melhor divulgadas, que os seus apoios (nomeadamente os sociais) chegassem a todos e todas. Que os fregueses que nos abordam na rua tivessem canais claros de comunicação e informação com a decisão política, para não terem que ter a sorte de se cruzar connosco para que as suas preocupações sejam ouvidas. Podemos enganar-nos e dizer que somos representantes atentos porque ouvimos quem por nós passa, quando na realidade isto apenas significa que há muitas mais pessoas que não têm o à vontade de se dirigir a nós na rua, ou não tem essa oportunidade, e estão arredadas do poder político porque estes mecanismos de participação ágil não existem. -----

O sucesso da ação política desta União está hoje comprometido à nascença, porque não envolve as pessoas que não estejam já na rede de contactos habituais. Somos incapazes de ter uma rede de apoio social forte, porque o poder político está distante das pessoas e age de forma avulsa, resolvendo os problemas que lhe vão batendo à porta. Somos incapazes de ter um programa de apoio psicológico abrangente, porque as pessoas desconhecem que este existe. No entanto, qualquer muro que seja pintado ou pedra que seja colocada, independentemente da sua relevância, conta com uma inauguração exaustivamente fotografada, comunicada nos meios tradicionais e digitais e vendido como uma Junta dinâmica. É, infelizmente, falso. É mera propaganda. A prova disso está exatamente neste documento que nos é apresentado e que hoje apreciamos. Despido do tom propagandístico e das declarações de intenções, revela números baixos de ação e eficácia; um apoio social débil, para dizer o mínimo, numa altura em que não há tempo a perder para apoiar os mais vulneráveis, em que o número de pessoas em risco de pobreza aumenta, mas a Junta não consegue agir junto deste fenómeno, porque não tem uma rede social no terreno, que analise e trabalhe profissionalmente estes casos, ao invés de responder apenas com o encaminhamento dos casos eventuais que se cruzam na rua com um de nós ou que têm a louvável coragem de bater à porta da Junta de Freguesia. -----

Isto é pouco. Não chega. Eu gostaria de acreditar que apenas ocorreram 8 obras ao domicílio porque não eram necessárias mais, mas julgo que qualquer pessoa nesta sala tem consciência do contrário. Que a ajuda à infância chega apenas a 23 pessoas porque não há mais fregueses que necessitem dessa ajuda..., mas alguém acredita nisso? -----

Não. Temos um problema. O problema de a propaganda ser suficiente para dar a ideia que muito está a ser feito, mas ser incapaz de transformar a vida de alguém. A nossa opinião sobre este documento é muito clara: é urgente,

enquanto representantes e decisores políticos, o nosso sentimento de missão cumprida seja muito mais exigente. É urgente que não bastem os elogios do nosso círculo de contactos, levando-nos a achar que está tudo resolvido, está tudo bem. -----

É urgente que tenhamos consciência que os habitantes das nossas freguesias não conhecem a ação política da Junta, o que é por demais evidente pelos dados desta informação. Não chegar às pessoas, não envolver os cidadãos, é o primeiro passo para uma abstenção elevada e para o sentimento popular de que os políticos não servem para nada. O próximo passo lógico de quem se sente desapontado connosco, com todos nós e com responsabilidade acrescida para o executivo, é achar que não só os políticos, mas também a democracia não serve para nada. E a culpa é nossa se deixarmos que a política se deforme em publicações coloridas e mensagens enganadoras de publicidade, perdendo a exigência da única causa que nos deve unir: a causa pública, o bem-estar e a felicidade dos poveiros, beirizenses e argivaienses. -----

Nessa caminhada, estejam certos que podem contar com o Partido Socialista, sejamos nós poder ou oposição. Começemos por agir de forma sustentada e estratégica na ação social, profissionalizando a assistência e ampliando a rede de apoio a quem precisa de auxílio da sua comunidade para ter uma vida digna. Olhemos para os parques infantis, aqui descritos como ponto de encontro de muitas brincadeiras, mas que infelizmente têm sido cada vez mais tomados pela marginalidade e comportamentos ilegais à luz do dia, que afastam as nossas crianças e as famílias destes espaços de comunhão e convívio e exigem a nossa atenção imediata. -----

Este não é o mundo cor-de-rosa que nos descrevem, mas constatar os problemas não é dizer mal da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. Olhar para os problemas é a nossa obrigação, para que nunca desistamos de os corrigir e para que continuemos esta construção de uma comunidade mais justa, solidária e feliz.” -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, esclareceu que o Presidente da União das Freguesias não se fecha em gabinetes, anda na rua e é contactado pessoalmente por quem entende fazê-lo. Além disso, temos 5 delegações na Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, com atendimento presencial, a plataforma “Juntar a Junta”, vários emails de contacto, 10 números de telefone, *website* e redes sociais. Também não é segredo que tivemos uma maioria absoluta, logo quem vota entendeu estar bem servido. Em relação à propaganda, teremos muito ainda a aprender com o PS, pois apesar de tanta propaganda o seu candidato a presidente de Argivai abdicou mesmo antes de tomar posse. -----

Miguel Nascimento, do PS, reagiu à resposta do Presidente do Executivo dizendo que quanto ao candidato que abdicou, mais virão, e que o apoio social não se faz ao telefone e nem por email, que é preciso constituir uma rede de apoio real que chegue aos que precisam, sem que eles peçam ajuda e que é preciso acabar com o desconhecimento de situações e que a maioria absoluta não é necessária quando nos guiamos pelo conteúdo e não pela forma. -----

José Carlos Costa Oliveira Sá, do PS, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: “O Partido Socialista espera que finalmente o Centro Ocupacional de Beiriz seja uma realidade, pois enquanto não passar de uma mera intenção não servirá para nada, exceto para campanhas eleitorais. -----

SA
L

A freguesia de Beiriz e seus fregueses já há muito que deveriam ter um centro ocupacional onde os seus idosos merecem ter um envelhecimento com mais qualidade, um ponto de encontro com os seus conterrâneos de longa data, um local onde se sintam ativos, onde possam transmitir as suas experiências de vida aos mais novos e onde se sintam acarinhados e valorizados. -----

O Partido Socialista apoia esta obra e deseja que se inicie o mais rapidamente possível, mas pretende também clarificar algumas questões: -----

É público que a obra fica a cargo da Câmara Municipal. A Junta de Freguesia terá um papel no acompanhamento desta obra? O financiamento é a 100% pela Câmara Municipal? Este financiamento é integralmente com fundos próprios do Município? -----

O Concurso Público para adjudicação da empreitada já foi lançado? Quais são as previsões de tempo atuais para a execução? É público que após as obras os serviços da Junta regressam para o novo edifício. O novo local está preparado para ser sede da freguesia de Beiriz aquando da desagregação das freguesias? Além das valências externas conhecidas, que espaços existirão no edifício para que a futura Junta de Beiriz tenha capacidade para responder melhor à população? -----

Durante a obra, o posto dos CTT será transferido para o edifício Hilda Brandão, correto? Tem sido muitas as críticas à qualidade deste serviço em Beiriz, pelo que é necessário esclarecer se com esta mudança existem condições para aumentar a qualidade dos serviços dos CTT, ou se vamos assistir a uma ainda maior degradação." -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, esclareceu que a obra em questão chegou ao fim do último mandato com a conclusão do projeto, o qual já foi apresentado, mas se desejarem o voltará a apresentar. Explicou que o terreno onde será construído estava entregue à Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim, para construção de um lar em Beiriz. Como não foi feito o investimento, os terrenos reverteram outra vez para a Junta de Beiriz, apenas em 2019. Só após a resolução dessa questão foi iniciado o projeto orçamentado em cerca de um milhão e duzentos mil euros. Dada a dimensão do investimento, só poderá ser levada a efeito caso o Município disponibilize essa verba, pois a obra será da responsabilidade da Câmara Municipal. Além da sede do rancho, centro ocupacional e espaço multiusos a obra prevê um enorme parque verde. -----

PONTO QUATRO - Apreciação das informações relativas aos atos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril (cuja vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2021, pelo Decreto-Lei n.º 6-D/2021, de 15 de janeiro).-----

Diana Isabel Almeida Carvalho, do PS, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "O Partido Socialista considera que o Gabinete de Psicologia e de Apoio à Criança é um serviço importante, mas só cumpre a sua missão se chegar a todos. Para isso tem que ser conhecido da população, o seu espírito e objetivos serem claros para garantir apoio a todas as pessoas carenciadas que dele necessitem. -----

Neste sentido, numa altura tão sensível como a pandemia que vivemos, em que sabemos que existem mais pessoas em situação de vulnerabilidade psicológica e económica, é importante fortalecer e potenciar o apoio psicológico acessível. Para isso, achamos urgente identificar o que está a travar o crescimento deste programa, que é politicamente apresentado pela Junta de Freguesia como uma valência social, mas tem uma dimensão prática preocupantemente reduzida. ---

Existem hoje, em particular em resultado da pandemia, mas não só, certamente mais poveiros que poderiam beneficiar deste serviço, mas constatamos nesta informação que o nº de consultas ronda os 30 por mês. A nossa questão é: é possível aumentar o alcance deste programa? Quais são as suas limitações atuais: os meios humanos, as infraestruturas ou a escassez de procura, que pode advir da falta de conhecimento ou até da dificuldade dos fregueses em aceitar este apoio, o que pode exigir uma reflexão mais profunda quanto aos desafios que o sucesso desta medida nos impõe. O sucesso desta medida é necessário e tem o total apoio do Partido Socialista, sendo claro para nós que há muito a fazer para que tenha a dimensão adequada na vida das pessoas que representamos e servimos. Esperamos que se possa esclarecer esta assembleia e que possamos dar um contributo para que em 2022 o apoio psicológico chegue a todos os fregueses que dele necessitem, independentemente da sua condição económica.” -----

PONTO CINCO - Apresentação, discussão e votação de projeto de Regimento e de propostas apresentadas. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia explicou que se vai proceder à votação do Projeto de Regimento, que é uma proposta na generalidade, e de seguida se irão apreciar, discutir e votar propostas apresentadas, se as houver. -----

Colocado o projeto de Regimento a votação, foi aprovado por MAIORIA, com 11 votos a favor, do PSD; 1 voto contra, da CDU; e 6 abstenções, do PS, CHEGA e BE. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra aos membros: -----

Miguel Ângelo Marques Nascimento, do PS, no uso da palavra, pediu esclarecimento sobre as datas das convocatórias e a Presidente explicou que são 8 dias para assembleias ordinárias e 5 dias para as extraordinárias; a documentação terá de ser enviada com antecedência mínima de 2 dias úteis. Mas esclareceu que no mandato anterior foi prática, nas sessões ordinárias, enviar com 10 dias de antecedência a convocatória com o edital, ordem do dia e respetiva documentação e que se compromete a manter esse procedimento, salvo alguma situação extraordinária. -----

Diana Isabel Almeida Carvalho, do PS, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: “Vivemos, como sabem, tempos de incerteza, de isolamento e, para alguns, até mesmo de solidão. Estas circunstâncias, que ainda atravessamos com a contingência da pandemia do Covid-19, levaram a um maior afastamento dos cidadãos da política. Mas, como todos sabemos e reconhecemos, estes foram e são também momentos de resiliência, de adaptação e sobretudo, de união. Devido à necessidade do distanciamento social, as plataformas digitais tornaram-se, hoje, uma ferramenta fundamental de trabalho e de aproximação. -----

Neste contexto, é necessário alterar o paradigma de como são realizadas as sessões nesta Assembleia de Freguesia. -----

No intuito de garantir o acesso e a participação de todos os fregueses, sem exceção, desta União de Freguesias, o Partido Socialista propõe o seguinte: ---

Que as sessões deste órgão sejam transmitidas em direto e estejam, se possível, disponíveis em site ou canal oficial na internet; -----

Que o período de intervenção do público se realize no início e não no final da sessão e disponha de condições para ser efetuado por via digital. -----

Com estas recomendações pretende-se, como foi referido, garantir o acesso a toda a população das freguesias da Póvoa, Beiriz e Argivai, a ver, a ouvir e a participar na sua Assembleia de Freguesia isto, meus caros, é democracia. Reforçar a garantia do exercício deste direito aos cidadãos é indispensável. Se queremos aproximá-los da política, então façamos esforços para dar as garantias necessárias para os fregueses poderem exercer os seus direitos civis e políticos. -----

O Partido Socialista compromete-se a pugnar pela transparência, pela democracia e pela aproximação aos cidadãos". -----

Pedro Miguel Faria de Andrade, da CDU, no uso da palavra, solicitou esclarecimentos e deu as sugestões que se transcrevem: "Da leitura atenta que fizemos do Regimento, parece não se destacar como competência da Assembleia a aprovação do Relatório e Contas. Na alínea b) do ponto 3 do artigo 4, fala-se em prestação de contas, mas depois no ponto 5 não se refere que esse documento não pode ser alterado no decorrer da Assembleia. Solicito um esclarecimento sobre esta matéria. -----

Outro ponto, uma sugestão para o futuro, prende-se com o artigo 17. A composição da Mesa da Assembleia deveria refletir os resultados eleitorais para a Assembleia de Freguesia, sendo presidida por um membro do partido mais votado. Ou seja, não há necessidade que a Mesa seja constituída totalmente por membros do partido mais votado. -----

Olhando para o artigo 29 e para o artigo 35, os prazos definidos parecem-nos muito apertados. -----

Passando para o artigo 41, não se especifica quando pode ser possível a intervenção do público na Assembleia de Freguesia. A CDU defende que seja possibilitada no início da sessão. -----

Tal como está formulado o artigo 46 não podem ser votadas moções ou recomendações no período Antes da Ordem do Dia. E a CDU não está de acordo. -----

No que diz respeito ao artigo 55, sugerimos transmissões *on line* das assembleias e que estejam disponíveis no site da Junta durante um determinado período, por exemplo até à assembleia seguinte. -----

Solicitamos assim que estas alterações sejam consideradas" -----

Ana Paula Valadas Nunes Correia, do PSD, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "O assunto da transmissão *online* das Assembleias de Freguesia já foi amplamente discutido e consideramos que não faz qualquer sentido, pelo que discordamos da alteração do Regimento neste ponto. Inclusive este Regimento já foi aprovado e testado no mandato anterior, tendo funcionado perfeitamente. A não transmissão *online* das Assembleias de Freguesia não foi impedimento de nada. Mas mais do que isso! As Assembleias de Freguesia são atos públicos, portanto abertos à participação da população. É exatamente nas Assembleias de Freguesia que as pessoas podem e devem expressar-se. As pessoas devem vir fisicamente às Assembleias e colaborar ativamente, fazendo parte da sua comunidade e da vida da sua freguesia! Se as Assembleias de Freguesia fossem transmitidas *online* estaríamos unicamente a promover a abstenção e a convidar as pessoas a ficarem em casa. O que queremos é o contrário! Queremos aproximar a população à vida política da sua freguesia e por isso estamos contra a transmissão *online*. Mais reforço que aqui ninguém tem nada a esconder, caso contrário não estaríamos num ato público, lavrado em ata que retrata tudo aquilo

SA
/

que aqui se passa, também esta pública! E se há uma característica que assenta na perfeição nesta Junta de Freguesia é exatamente a transparência! Meus senhores, a campanha eleitoral faz-se nos 15 dias que antecedem as eleições. Aqui estamos para fazer cumprir o que prometemos aos Poveiros, que nos elegeram! Muito obrigada a todos e votos de Bom Natal". -----

A Presidente da Assembleia, após esclarecer que o texto do Regimento respeita o que está definido na lei, colocou em aceitação as propostas e sugestões apresentadas: -----

Colocada a proposta do PS em aceitação, foi aceite por UNANIMIDADE. -----

Colocada a proposta da CDU em aceitação, foi aceite por UNANIMIDADE. -----

A Presidente da Assembleia colocou em votação as propostas e sugestões apresentadas: -----

Colocada a proposta do PS em votação, foi rejeitada por MAIORIA, com 7 votos a favor e 11 votos contra. -----

Colocada a proposta da CDU em votação, foi rejeitada por MAIORIA, com 6 votos a favor; 1 abstenção, do CHEGA; e 11 votos contra. -----

PONTO SEIS - Apresentação, discussão e votação de proposta do Mapa de Pessoal e do Organograma da Junta para o ano de 2022. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra aos deputados, mas ninguém quis intervir, passando de imediato à votação: com 17 votos a favor, do PSD, PS, CHEGA e CDU, e 1 abstenção, do BE, a proposta do Mapa de Pessoal e do Organograma da Junta para o ano de 2022 foi aprovada por MAIORIA. -----

PONTO SETE - Apresentação, discussão e votação de proposta do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças a cobrar e não cobradas para 2022. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra aos deputados, mas ninguém quis intervir, passando de imediato à votação: com 16 votos a favor, do PSD, PS e CDU, e 2 abstenções, do BE e CHEGA, a proposta do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças a cobrar e não cobradas para 2022 foi aprovada por MAIORIA. -----

PONTO OITO - Apresentação e discussão e votação de proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício do ano 2022. -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, agradeceu ao CHEGA e ao BE, pelos contributos enviados para a elaboração da proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, sendo que alguns destes contributos foram devidamente aproveitados e se encontram ou já se encontravam esplanadas nesta proposta. Esclareceu que tenta fazer mais e melhor nas instalações atuais e que a nova sede nos permitirá ter mais condições para que possamos alargar o nosso leque de atividades, abrir uma loja social com produtos das instituições de solidariedade social, fazer ateliers de Páscoa, Natal e outros, a Academia Sénior irá beneficiar de espaço para tempos livres, teremos, sem dúvida, uma nova abrangência. Informou que pretende dinamizar as Feiras das Moninhas e do Artesanato e Velharias. Disse que vão ser criadas novas placas toponímicas para as vias de Beiriz e de Argivai. Em Argivai aguardamos luz verde do Município para arrancar com o alargamento da rua Padre José Oliveira; em Beiriz teremos a obra da sede assim que a verba for disponibilizada pela Câmara Municipal, pois já está concluída a fase do projeto. Na Póvoa de Varzim teremos a cultura local e a sua dinamização como prioritário e tentaremos cumprir com tudo que consta do programa eleitoral das últimas eleições. -----

SA
A

José Armando de Eça Guimarães de Oliveira Félix, do PSD, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "O meu nome é José Félix, e peço desde já desculpa de algum lapso ou incorreção que possa acontecer durante a minha intervenção, mas é a primeira vez que me encontro nesta posição, e apresentar um orçamento não é propriamente fácil e interessante para todos os presentes, mas prometo tentar dar o meu melhor: esta proposta de orçamento para 2022 assenta em quatro premissas: na transparência, pois é elaborado por um escritório externo certificado; a despesa, encargos com pessoal e outros compromissos com terceiros refletem todas as obrigações desta União de Freguesias; a orçamentação das receitas reflete sempre o histórico dos últimos 24 meses e as suas taxas e tarifas, como sabem, não pode ser superior à sua aritmética simples; todas as transferências, nomeadamente as da administração central, da autarquia e outros organismos, salvaguardam o cumprimento do equilíbrio orçamental imposto pelo regime financeiro (lei n.º 73/2013), segundo o qual, a receita corrente cobrada deverá ser pelo menos igual à despesa corrente. -----

Apresentação geral do orçamento:-----

A proposta inicial para 2022 prevê:-----

1 - receitas a ascenderem a 874 293 €, do qual 119 125€ constituem receita das transferências do município, representando em percentagem 13,6% -----

2 - a despesa é constituída por despesas de natureza corrente (753 487€ - tabela 2, página 4) e despesa de capital (aquisição de bens de capital e transferências de capital que totalizam 121 436€). -----

Portanto, do lado da receita é de realçar os 56,86% (497 238€) da rubrica de transferências correntes. -----

Pelo lado da despesa, a rubrica despesas com pessoal representa 44,3% da despesa total, totalmente justificada pela imensa variedade de serviços e apoios que esta União de Freguesias disponibiliza - são nesta altura 34 trabalhadores. De realçar ainda que se prevê uma afetação a despesas correntes de um valor de 15,94% e à aquisição de bens de capital e transferências de capital de 13,88%. -----

Em relação ao orçamento inicial anterior, verifica-se um acréscimo orçamental de 9,33%, em termos absolutos 7 4648€ - tabela 2, página 5. -----

3 - na visão global das receitas, já na parte da previsão das receitas, em 2022 prevê-se uma receita global na ordem dos 874 923€, justificando o tal acréscimo previsional de 7 4648€. -----

Contribui para esta variação os aumentos previsionais nas rubricas, taxas, multas e outras penalidades, 36 928€ (tx de ocupação da feira das Moninhas e taxas de ocupação dos terrados São Pedro), transferências correntes (25 754€ - contribui favoravelmente as transferências previstas com origem na administração central, onde se prevê um aumento líquido do fundo de financiamento das freguesias (fff)) e na venda de serviços (10 713€), ou seja, prevê-se arrecadar nesta rubrica 162 655€, sendo esta a segunda maior receita do orçamento - 18,54% - tudo o que estou a falar pode ser visto nas tabelas 3 e 4, das páginas 5 e 6. -----

Entrando no ponto das transferências correntes (6), tabela 5 - página 7, estas representam a maior fonte de receitas do orçamento (56,83% de receita total), representando em termos absolutos 497 238€, ou seja prevê-se este ano um aumento de 25 754€ (5,46%), devido fundamentalmente às transferências com origem na administração central, ou seja um aumento no fff. -----

De realçar ainda, na rubrica venda de bens e serviços correntes (7), a receita prevista dos postos de serviços dos CTT que totaliza 21 177€. -----
Por último, e para finalizar a parte das receitas, nas transferências de capital (8), estas são responsáveis por 13,62% da receita total (119 125€), e que assenta exclusivamente nas despesas de capital com origem no orçamento do Município da Póvoa de Varzim, e que em 2022 não prevê qualquer alteração. -----
Em relação agora à previsão das despesas, cabe à despesa de natureza corrente (86,12%) do orçamento total e o remanescente (13,88%) a projetos de investimento (na aquisição de bens de capital e também às transferências de capital para apoio à recuperação do património associativo) - tabela 7, página 9. As despesas com pessoal, já referenciadas atrás, são ainda influenciadas pelo aumento do rendimento mínimo garantido que passa para os 705€, na previsão de aumento salarial para a função pública de 0,9%, pelo impacto da fixação de um suplemento remuneratório para trabalhadores em condições de penosidade e insalubridade e o aumento previsto de contratos na modalidade de regime de avença e tarefa (tabela 8 - página 10). -----
Na aquisição de bens e serviços, esta prevê uma afetação orçamental de 25,37%, sendo a segunda maior em termos de peso orçamental, mas que já engloba o montante previsto para atividades culturais e desportivas (+/- 65000€), e a verba alocada para as iniciativas de ação social (13485€ - tabela 9, página 1). -----
Nas transferências correntes, são aqui englobados os apoios financeiros com destinos às instituições sem fins lucrativos, bem como o pagamento de bolsas complementares ao abrigo dos contratos de emprego e inserção. -----
Daqui, 95 000,00€ destinam-se à concessão de apoios financeiros a associações de natureza cultural, desportiva e de solidariedade social. -----
Infelizmente, prevê-se ainda uma redução previsional nestas transferências de 12,5 mil euros, causado por um decréscimo na execução de contratos de emprego e inserção - tabela 10, página 12). -----
Na rubrica outras despesas correntes, o peso marginal é de apenas 0,38%, portanto sem grande expressão - tabela 11, página 12. -----
Na penúltima rubrica, aquisição de bens de capital, remeto para a análise do plano plurianual de investimentos, anexo a este relatório, mas representando esta rubrica 13,88% da despesa total. -----
Por último, a transferência de capital, relativamente neste caso à recuperação do património associativo, propõe-se a inscrição da rubrica de transferências de capital, no valor de 3 000,00€. -----
Agradeço assim desde já toda a paciência que tiveram em me ouvir, pois realmente não é fácil tornar uma apresentação contabilística interessante e pró-ativa. -----
Resta-me desejar a todos os presentes e respetivas famílias um ótimo Natal e umas entradas em 2022 com toda a força e principalmente com muita saúde". - **Miguel Ângelo Marques Nascimento**, do PS, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "Este é um documento que não reflete a visão do Partido Socialista, dá sequência a um modelo de governação sustentado na aparência, distante das pessoas e pouco orientado para o impacto e transformações sociais. Mais do que isto, é um orçamento que não responde aos problemas reais dos nossos fregueses e, por isso mesmo, merece a nossa reprovção. -----
Acreditamos que quem conhece a visão de sociedade e o modelo de governação

que propomos para esta União de Freguesias, compreende as divergências que temos com o executivo e que estão espelhadas neste documento. Ainda assim, focarei nesta apreciação alguns pontos que são centrais para a determinação do nosso sentido de voto e que nos distinguem decisivamente da atual maioria. --- O ponto onde a nossa forma distinta de ver o mundo e a política é mais evidente é sem dúvida a ação social. Este orçamento mantém uma dotação diminuta para apoios sociais, que não se coaduna com as nossas prioridades. O anúncio de uma política, uma medida ou um programa, não resolve nada. Olhar para o orçamento e perceber se esse programa tem a dotação orçamental adequada é o momento em que percebemos se as palavras têm consequências reais, ou se não passam de jogadas de charme. -----

Este orçamento mantém a estratégia de manter ativos inúmeros programas, muitos deles importantes na sua idealização, mas que na verdade têm uma expressão prática diminuta ou inexistente, nem se verificando uma vontade do executivo promover o seu crescimento. Não podemos aprovar um orçamento que não cria condições para uma ação social forte, com uma rede de profissionais ativa no terreno, realizando a identificação de carências e desafios na nossa comunidade e iniciando um acompanhamento permanente e transversal, mesmo junto daqueles que não têm ainda coragem para pedir ajuda, mas que se encontram em situação de vulnerabilidade e carecem de acompanhamento. -----

Esta rede de ação deve estar articulada com as forças vivas da nossa sociedade, como as IPSS, faltando neste momento a criação da figura da Comissão Social de Freguesia, que elabore e execute um plano de ação anual, em articulação com o Conselho Local de âmbito municipal. -----

A ação social não é a política das esmolas, dos cabazes esporádicos que não tiram as pessoas da situação de pobreza. No caso da Póvoa, até o número de cabazes é assustadoramente baixo (menos de 10 por mês), mas é um embuste esta ideia de que a ação social é esperar que alguém ligue ou apareça na junta, pedindo ajuda, para depois se dar uma contribuição material e não trabalhar a situação de forma aprofundada, com o acompanhamento social necessário. Uma pessoa em situação de pobreza deve ser uma afronta a todos os poveiros. Uma pessoa que não tem uma vida digna porque a sua reforma é baixa, porque o seu salário é baixo, porque a sua renda é muito elevada ou porque tem uma incapacidade, é um desígnio de todos nós enquanto cidadãos que possa ter dignidade, que possa receber do Estado aquilo de que necessita. Quem trabalha e quem trabalhou toda uma vida não pode estar numa situação de pobreza e esta é uma realidade proliferante nas nossas freguesias que devia não só chocar-nos, mas mobilizar-nos. -----

Falta a este documento essa visão de solidariedade, de olhar para o outro como uma preocupação de todos e de agir proativamente para prevenir e combater a exclusão social. -----

Por fim a transparência e a participação. É mais um documento estratégico que se afasta das populações, escolhendo não enfrentar um dos maiores desafios de um órgão democrático: a falta de confiança das pessoas. Faltam momentos de auscultação e promoção da participação dos cidadãos, que integrem os seus contributos na decisão política e permitam a esta assembleia e ao executivo ter dados concretos sobre as prioridades e preocupações dos fregueses. Faltam programas de capacitação cívica para os jovens, de integração democrática e construção das comunidades. No fundo, falta saber ouvir de forma estruturada e

interessada, sem câmaras fotográficas e sorrisos amarelos. Ao longo deste mandato os poveiros, beirizenses e argvaienses poderão contar com o grupo do Partido Socialista para, nesta Assembleia e demais órgãos autárquicos, que são os locais devidos, apresentar propostas no sentido de reorientar a ação política da junta de Freguesia, permanecendo focados nos princípios da solidariedade, da fraternidade, da participação e da proximidade. Na nossa opinião e com muita pena nossa, este documento, ainda não faz isso". -----

Mário Pontes Lima, do CHEGA, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "Ao ler o Plano de Atividades e Orçamento para 2022 fiquei com a nítida sensação de estar perante documentos que obedeciam a diretrizes do partido com sede no largo do Rato. -----

Pese embora o líder do PSD Rui Rio, no discurso de encerramento do 39.º congresso, ter apontado como temas fortes do seu partido, a economia (referindo-se a empresas, famílias e investimento), rigor e transparência na atribuição de subsídios e fiscalização para garantir justiça social e progresso económico, parece-me que este executivo da junta não comunga dos mesmos princípios do seu líder. -----

Quase nada disto encontramos no Plano de atividades, nem neste orçamento. - No Plano de Atividades não encontramos nenhuma medida de apoio à promoção da economia local. Este executivo não acarinha os negócios familiares, não potencia o emprego local e assim, não contribui para a melhoria dos rendimentos e bem-estar dos fregueses desta união. -----

Onde estão as parcerias com o comércio tradicional? Não existem neste plano. No domínio da cultura, é com tristeza que vemos que este executivo da junta, ignora a população, não lhe dando a palavra, para que em referendo possam expressar a sua vontade quanto à reabilitação, ou não, da Monumental Praça de Touros, em sala de espetáculos multiusos. -----

No domínio da organização administrativa nada refere quanto a uma maior oferta de serviços «online», que tanta falta faz a quem trabalha e tem pouco tempo para se deslocar aos postos de atendimento. -----

Já em relação ao orçamento, existe é uma clara sobrevalorização das receitas e uma subvalorização das despesas. -----

A título de exemplo de sobrevalorização, destacamos que os aumentos previsionais da receita corrente, não tem em conta riscos macroeconómicos esperados para 2022, nomeadamente o efeito que medidas de contenção da COVID-19, tais como eventuais confinamentos totais ou parciais ou outras limitações (tal como já está a suceder em alguns países da Europa), possam ter nas atividades económicas que contribuem para a formação de parte da receita da Junta. -----

Do lado da despesa verifica-se uma subvalorização neste orçamento, quer por ignorar os impactos de um previsível aumento significativo da inflação para 2022, impactando fortemente no custo de aquisição de bens e serviços, quer por não incorporar os aumentos dos combustíveis que ocorreram em 2021vem manter-se elevados em 2022, quer por não incorporar as atualizações da Remuneração Mínima Mensal. -----

Garantida e aumentos salariais de 0,9% da função pública para o próximo ano, espelhando estes aumentos nas respetivas rúbricas. -----

Diz a nota introdutória do orçamento, e cito, "A orçamentação da despesa assentou no levantamento rigoroso de todos os encargos com pessoal e outras..." (fim de citação), e eu pergunto, onde é que encontramos rigor neste

documento, quando as faltas de rigor são tantas que até os mais inexperientes as encontram. -----

Em face do exposto, perante as clamorosas faltas de rigor, o Chega não dá o seu aval aos documentos, pelo que votarei contra." -----

José Antonino Monteiro da Silva Cadeia, do BE, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "O Orçamento e o plano de atividades são dois instrumentos fundamentais na orientação política da Junta de Freguesia e devem trazer um futuro mais digno, onde todos e todas possam viver e trabalhar. -----

Ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, Direito de Consulta Prévia, o Bloco de Esquerda apresentou ao Presidente da Junta das Uniões de Freguesia da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai as seguintes propostas: -----

1) Combate à pobreza e resposta à emergência social: -----

Apoiar o comércio local, dinamizando a entrega de bens essenciais, como alimentação e medicamentos às pessoas mais vulneráveis; -----

Melhorar a rede de cuidados, sinalizando famílias e pessoas que carecem de apoios e melhorar a oferta de serviços ao domicílio; -----

Criar um gabinete de apoio e que identifique casos de mobilidade reduzida que impede a execução de tarefas do dia a dia; -----

Identificação ativa de casos de pobreza dentro da freguesia e trabalhar em articulação com a Câmara Municipal, a fim de dar o apoio necessário a estas famílias; -----

Intensificação de programas de combate ao isolamento dos idosos; -----

Assegurar transportes para deslocações aos centros de saúde, hospitais e laboratórios de análises clínicas. -----

2) Melhor espaço público: -----

Necessário melhorar o espaço público e a via pública das freguesias, onde se tornam perigosas simples deslocações a pé, seja através da construção de passeios e melhor sinalização e iluminação das ruas; -----

Passadeiras com o ressalte zero, principalmente a na EN13 e pavimento táctil;

3) Bem-estar animal: -----

Criação de campanhas de esterilização de animais a preços acessíveis em hospitais ou clínicas veterinárias com protocolo com a Junta da UF; -----

Promover a criação de um grupo de voluntários para o implementar o programa CED (capturar, esterilizar e devolver); -----

Organizar campanhas de sensibilização nas escolas sobre a problemática do abandono animal e sobre adoção de animais; -----

Motorizar e controlar as colónias de gatos; -----

4) Cidadania e transparência: -----

Maior divulgação de toda a ação da junta de freguesia através dos vários meios atualmente ao dispor. Divulgação dos contratos programas e ou protocolos com as diversas associações, apoios concedidos sobre as diversas formas, os relatórios das atividades que foram patrocinadas pela junta, para contribuir para uma maior transparência e divulgação das mesmas; -----

Transmissão online das reuniões da assembleia de freguesia; -----

Disponibilizar Língua Gestual Portuguesa, sempre que solicitado, nas reuniões públicas da Junta de Freguesia; -----

Criar de uma Plataforma, que funcione como canal participativo de opinião pública no município (sugestão de iniciativas, opiniões, etc.); -----

Si J

5) Educação: -----
Criação de Equipa de Acompanhamento Escolar: deslocação periódica às escolas para averiguar as necessidades de manutenção e ser eficiente e eficaz na resolução das situações identificadas; -----
Contribuir para solucionar definitivamente os constrangimentos resultantes dos inadequados e perigosos acessos a que a comunidade educativa e a comunidade escolar da EBI/JI da Giesteira se encontram expostos, em parceria com a Câmara Municipal; -----

6) Associativismo: -----
Criar um regulamento transparente para apoiar e incentivar as associações e coletividades representativas das freguesias; -----

7) Património e habitação: -----
Valorizar o património arquitetónico - Ordenar, reabilitar e conceder a devida dignidade a todos os monumentos das freguesias, com especial atenção ao aqueduto de Sta. Clara, que atravessa, na sua maior parte, as nossas freguesias. Providenciar a sua divulgação e sinalização nas principais vias rodoviárias, incluindo na A28. -----

Solucionar e realojar as pessoas que vivem junto ao aqueduto na zona de Calves; -----

O Bloco é uma oposição construtiva, com proposta para melhorar a vida dos cidadãos e cidadãs da nossa união de freguesia, achamos que era fundamental a integração das nossas propostas no plano de atividades e orçamento. O que não aconteceu! -----

Agora que conhecemos o orçamento e plano de atividades, comparando com o do ano passado, vemos que há um aumento de mais de 70 000 mil euros, importante para tentar minorizar a crise pandémica, que não sabemos quando acaba. Mas consideramos que este aumento devia ser centrado no apoio social, o que não acontece. -----

Um orçamento e um plano de atividades que não apoia quem mais precisa, só poderá ter o nosso voto contra". -----

Pedro Miguel Faria de Andrade, da CDU, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "Nesta fase inicial do nosso mandato na Assembleia de Freguesia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai gostaria de começar por sublinhar algumas das orientações e princípios que irão nortear a nossa atividade e posicionamento político: -----

a) A CDU valoriza desde sempre, não é de agora, o papel e a intervenção do poder local ao serviço do povo e das populações (poder local democrático, diga-se) e considera que se trata de uma das maiores conquistas do 25 de Abril. -----

b) Em maioria ou na oposição, a CDU tem um projeto político próprio, construído e consolidado ao longo de décadas. Este projeto é reconhecido pelas populações. -----

c) A CDU valoriza todas as intervenções e medidas autárquicas, venham elas de onde vierem, desde que sirvam os trabalhadores e o povo. -----

d) A CDU será oposição apresentando propostas e visões alternativas e nunca desconsiderando os nossos opositores ou desqualificando as medidas apresentadas, sem que haja o devido fundamento. -----

Passando à apreciação da proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2022 desta união de freguesias, a CDU faz questão de salientar que ele contém algumas atividades que merecem ser valorizadas e que revelam a importância

deste órgão autárquico na proximidade com as populações da Póvoa. São exemplos a intervenção na diminuição dos impactos da situação pandémica que vivemos, da Academia Sénior ou do Gabinete de Ação Social, ainda que a sua ação seja muito limitada, na nossa opinião, e aquém das necessidades das populações. -----

Dito isto, não podemos deixar de lamentar e criticar alguns traços essenciais deste importante documento de planeamento da ação autárquica. -----

Em primeiro lugar, o que salta logo à vista é o valor baixíssimo do montante global deste Orçamento. -----

Exmos senhores, vou repetir: -----

Em primeiro lugar, o que salta logo à vista é o valor baixíssimo do montante global deste Orçamento, cerca de 875 mil euros para uma União de Freguesias com mais de 30 mil habitantes e que inclui a cidade da Póvoa, maior do que todas as outras freguesias juntas, como sabem. Se compararmos números, este é um valor inferior ao orçamento anual da Varzim Lazer, uma empresa municipal. O PSD da Póvoa de Varzim, no plano autárquico, está completamente centralizado na figura do Presidente da Câmara, eleito democraticamente, mas que parece nem sequer confiar nos restantes autarcas, ainda que da sua cor política. Como compreender que nas receitas correntes, a Câmara transfira apenas 70 mil euros, muito menos do que aquilo que é transferido para algumas coletividades? Não se percebe. -----

Como consequência (é de uma opção política que estamos a falar) e sem meios financeiros adequados, muitas das medidas anunciadas no Plano de Atividades não poderão passar de boas intenções, mas que dificilmente se concretizarão ou então serão de alcance reduzido. O que é mau. -----

No plano da ação social, embora reconhecendo alguma preocupação e envolvimento, na nossa opinião o que predomina é uma visão assistencialista ou, dito de outra forma, caritativa. Haverá outras instituições que estão vocacionadas para esse tipo de intervenção. As autarquias devem ter uma visão solidária dos problemas e também da forma de os resolver. As políticas autárquicas devem ser feitas a pensar em todos. Os problemas dos idosos não se esgotam no entretenimento e na ocupação dos tempos livres e, diga-se a propósito, que a Câmara Municipal nem sequer foi capaz de delegar nesta junta a gestão do Centro Ocupacional da Lapa, dando-lhe, claro, os respetivos meios financeiros e humanos. -----

A falta de resposta social ao nível dos lares de idosos faz com que muitos tenham que abandonar a terra onde sempre viveram (conheço inúmeros casos destes) e de se socorrer de lares privados onde se praticam preços que não se conseguem suportar devido às magras reformas. Resta a solidariedade familiar que muitas vezes não é suficiente, já que os recursos das famílias são cada vez mais limitados. Assim, a construção dum lar na Póvoa com a participação da autarquia e também da administração central é uma urgência há anos. E note-se que este objetivo devia ser uma bandeira da nossa junta. -----

No plano cultural, um tema que nos é caro, a CDU não se revê na abordagem quase etnográfica e folclórica desta Junta. Não é que desvalorizemos as nossas raízes. Pelo contrário, elas devem ser baseadas numa visão cosmopolita e de cidadãos do mundo em que se integram os jovens. O recente exemplo da senhora americana, ainda que de forma abusiva, demonstrou que pode ser desse modo que se enriquece e projeta o nosso património. E o senhor presidente sabe disso. A parceria da Junta com as coletividades e instituições

culturais das três freguesias poderia, é outro exemplo, abrir perspetivas enriquecedoras de desenvolvimento e capazes de agarrar e motivar os jovens e a nossa massa crítica. -----

Entretanto, há a referir que o Plano Plurianual de Investimentos apresenta um montante global de 118 mil euros. Ou seja, um valor indigente. O investimento com maior verba atribuída, 30 mil euros, será o do novo edifício da Junta. Como já foi referido na intervenção do Período Antes da Ordem do Dia, será que com esta verba é possível responder minimamente às exigências que se requerem e desejam para um edifício moderno e adequado da Junta? Não. -----

Pelo exposto e com todo o sentido da responsabilidade, a CDU vota contra este Plano de Atividades e Orçamento para 2022". -----

Teresa Marques Maio, do PS, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "Em agosto de 2020 a Póvoa acordou com a trágica notícia do falecimento de um sem abrigo num incendio que ocorreu numa casa debilitada e abandonada, no coração da freguesia da Póvoa de Varzim. Tive a infelicidade de conseguir ver o desenrolar desse fatídico incendio de perto, e como moradora e cidadã desta União de freguesias não deixei de questionar quantas mais pessoas na situação de sem abrigo corriam o mesmo risco. -----

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia afirmou na Assembleia de Freguesia de 28 de setembro de 2020, quando este mesmo assunto foi trazido à discussão, que este era um assunto importante, mas que a sua resolução passa pela ação do governo e que ainda há pessoas nesta situação que não querem ser ajudadas. -----

Muitos não têm opção e haver quem opte por não ser ajudado, não pode ser um motivo para não haver intervenção, por parte de quem está mais próximo das pessoas e tem a responsabilidade de, pelo menos, conhecer a realidade local.

Nos censos de 2011, o número de pessoas georreferenciadas em situação de sem-abrigo era de 4. O Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo realizado a 31 de dezembro 2019, da Entidade Nacional Para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, indicava que à data havia 36 pessoas nessa situação. -----

É essencial uma administração pública local que seja proativa, assistencial e inclusiva na procura de tentar integrar todas as pessoas no seio da sua comunidade. -----

Tendo em conta que estamos a passar uma pandemia, cujos fatores socioeconómicos podem levar ainda mais pessoas para esta situação, gostaríamos de questionar o Executivo: -----

- Se tem os seus dados atualizados e, -----

- Que tipo de apoio está a prestar a estas pessoas, especialmente, quando enfrentamos há dois anos uma pandemia global que comporta riscos acrescidos. No que diz respeito à intervenção no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos, pelo menos desde 2017 que estão identificados vários problemas sociais no concelho da Póvoa de Varzim que ainda carecem de qualquer tipo de resposta por parte do poder local. -----

Nomeadamente, no plano da faixa etária dos adultos, falta uma estrutura ou um serviço que garanta o acesso ao tratamento especializado, complementado com uma resposta integrada de promoção à sua adesão e posterior inserção social do utente. No plano da faixa etária dos jovens, o serviço de Consultório de Prevenção Indicada, que funcionava na Casa da Juventude, tinha insuficiências

que precisavam urgentemente de ser supridas, daí a necessidade de construção ou de requalificação de uma estrutura para garantir condições adequadas ao funcionamento do serviço. -----

De acordo com o Plano de Atividades e Orçamento o edifício da feira irá ser transformado num Centro de Atendimento a comportamentos aditivos, que funcionará junto com o Núcleo de Apoio ao Doente Paramiloidótico. -----

O que nos leva a questionar: -----

- Quando estará a funcionar o Centro de Atendimento? -----

- Que tipo de serviços irá albergar? -----

- Será apenas para jovens ou também será para os adultos?" -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, no uso da palavra, diz que vai tentar dar resposta a todas as questões: esclareceu que os cabazes alimentares são de emergência. Trata-se de uma resposta diferenciada do apoio alimentar que está bem definido em IPPSSs dentro da rede social do concelho. Informou ainda que continuam a ser distribuídos sempre que necessário e apenas a quem está devidamente sinalizado pelos serviços sociais. São ajudas completas, que têm em conta os componentes do agregado familiar. Disse também que em época de pandemia, isentamos o valor das taxas da feira e criamos planos de pagamento para dívidas existentes de feirantes, para que possam continuar a desenvolver a sua atividade. Somos ainda responsáveis pela animação da rua da Junqueira, dinamizando Jogos Tradicionais Poveiros; do Concurso de Montras e Varandas de São Pedro; e outras atividades com impacto junto do comércio local como a Feira de Artesanato e Velharias. Relativamente ao apoio social à população, informou que ao contrário dos serviços centrais do Estado, mantivemos sempre o atendimento presencial e apoio em todas as delegações, com emissão de atestados, provas de vida e muitos outros serviços que não sendo da Junta, passaram a ser feitos por nós como a marcação de vacinas, emissão de certificados de vacinas, marcação de consultas, apoio nas teleconsultas, impressão de receitas, marcação de exames médicos, marcação e apoio nos serviços *online* da segurança social, finanças, tribunal, renovação de cartas de condução e cartões de cidadão, alteração de moradas, apoio aos ex-combatentes no registo e solicitação de cartão, insignias e descontos associados, apoio e transporte de idosos para vacinação. Disse ainda que as escolas e sua vigilância ou manutenção não são competência da Junta de Freguesia. No entanto, muitas vezes somos chamados em ações de limpeza, pequenas reparações, apoio nas atividades ou de jardinagem. -----

Face às questões sobre os serviços da Junta, lembrou que em todas as assembleias é apresentada a informação do presidente, que informa os senhores deputados e poveiros em geral de todas as atividades, serviços e apoios desta Junta de Freguesia. O Centro de Atendimento para Comportamentos de Risco funcionará no edifício da Feira e estará ativo de acordo com a disponibilidade do SNS. Disse ainda que estava surpreendido com a intervenção do BE já que muitas das suas propostas já fazem parte do dia a dia da Junta de Freguesia. Disse que já há uma Rede Social de que faz parte a Junta, trabalhando em sintonia. Que são muitos os serviços ao domicílio da Junta, que a Academia Sénior, com 500 utentes nas três freguesias, é um exemplo do combate ao isolamento. Que são muitas as obras de melhoramento do espaço público, incluindo a criação de um Parque Natural, vários Parques Infantis; quanto à EN13, é da competência das Infraestruturas de Portugal. Sobre

a questão dos animais, informou que se continuam a realizar ações de formação para a socialização animal, que o programa de captura e esterilização tem sido levado a cabo pelo CROAC. Que a Junta dinamiza vários meios de comunicação onde publica as suas atividades e que o apoio social é feito de acordo com um regulamento aprovado nesta Assembleia. Que apesar do apoio financeiro anual aos agrupamentos escolares, estes são da responsabilidade do município. Quanto à criação de um regulamento de apoio ao associativismo, ele já existe e foi aprovado com várias alterações da Assembleia, com os votos também do BE. Está ainda publicado em diário da república e no site da Junta, pelo que mais transparente só se o imprimisse em acetato. Informou que está no programa da Câmara Municipal a reabilitação do Aqueduto. O património tem tido papel importante na nossa atuação, tanto o material como o imaterial; deu como exemplo os vários tanques de lavadeiras recuperados e a camisola poveira, os jogos tradicionais ou os apoios à manutenção de tradições como a guerra das flores em Argivai. Conclui dizendo que não se pode fazer oposição por fazer. Respondeu ao assunto dos sem abrigo, dizendo que já não leva a sério o que "dizem que disse ou deixou de dizer" sobre esse assunto. Considera que é um problema constantemente trazido à Assembleia, como se estivesse na capacidade de uma Junta de Freguesia criar uma resposta definitiva para um problema nacional, a que nem a segurança social consegue dar resposta. Lembra que dentro da capacidade da Junta, nunca se deixou de ajudar ou encaminhar para as autoridades competentes as situações que surgem. Lembrou também que durante a pandemia nem sequer se conseguia falar por telefone com a Segurança Social ou com os Centros de Saúde; ou nessa altura não havia sem abrigos ou foi o poder local, município e juntas, que deram resposta a quem precisou. -----

Miguel Ângelo Oliveira Marques, do PSD, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "É sempre importante discutirmos este ponto das grandes opções e orçamento para o próximo ano assim como realizarmos e debatermos propostas para que possam ser acomodadas neste documento, mas propostas essas que sejam de carácter exequível e não pura demagogia política e que acima de tudo sejam âmbito das atividades da União de Freguesias. -----

Se fizermos um exercício simples, verifica-se que o ultimo orçamento contou com a aprovação do PSD e do CDS-PP, com a abstenção do PS e do BE e ainda com o voto contra da CDU. Aquando da apresentação do relatório e contas para o ano de 2020 o paradigma não se alterou muito, tendo sido aprovado pela maioria e com a abstenção dos restantes partidos políticos. -----

O que verificamos é que passado um ano e com a mudança das figuras políticas a intenção de voto já é outra, algumas propostas vivem assentes em demagogia política e muitas delas fora do âmbito da União de Freguesias. -----

Quando há um ano fomos obrigados a alargar o horizonte do orçamento em virtude da pandemia, sabíamos que o foco tinha de ser única e exclusivamente o bem-estar das pessoas. Em resposta ao ponto 3 relativo à informação do presidente que Miguel Nascimento levantou, há um ano atrás, o nosso presidente da União de Freguesias elencou que em cooperação com o Município da Póvoa de Varzim deram apoio à população, instituições de cariz social, manteve a mesma disponibilidade das suas equipas para o atendimento à população, acima de tudo o executivo prontificou-se a estar ao lado dos poveiros.

Com isto quero dizer que este ano que vem não será diferente, a política de proximidade deste executivo será seguramente a mesma, o apoio às instituições da Póvoa de Varzim manter-se-á o apoio ao município no âmbito da cooperação no combate à COVID-19 e no transporte de pessoas em dificuldades manter-se-á, bem como o apoio à cultura e formação poveira, e ainda nos propomos a algumas melhorias/investimentos nas nossas três freguesias. -----

Como tal, e pela bancada do PSD o voto será favorável relativamente a este plano e orçamento, mantendo total confiança no rumo seguido por este executivo que recentemente foi legitimado com uma grande maioria por parte dos poveiros. Aproveito para desejar a todos um Bom Natal e um próspero Ano Novo." -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, colocou em votação a Proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício do ano 2022, que foi APROVADA por MAIORIA, com 11 votos a favor, do PSD, e 7 votos contra, do PS, CHEGA, BE e CDU. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, solicitou inscrições para intervenção do Público. -----

Reginaldo da Silva Tibúrcio apresentou cumprimentos e disse que conhece pouco do público e foi 8 anos segurança de deputado, mas vem defender e apoiar a transmissão *online*, pois nem que haja 1% da população a assistir, já vale a pena. Se hoje estão aqui algumas pessoas sentadas, caso 1% dos apoiantes que votam quisessem estar presentes não haveria espaço, pelo que deviam pensar muito bem no assunto. Desejou Bom Natal e Feliz Ano Novo. ---

Nada mais havendo a tratar, e tendo dado cumprimento a todos os pontos previstos na Ordem de Trabalhos, a Presidente da Assembleia agradeceu a presença e a participação dos Membros da Assembleia, do Executivo e do Público, formulou votos de um Santo e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo e declarou encerrada a sessão da Assembleia às vinte e três horas e quarenta e cinco minutos. -----

De tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, e por mim, Marilde Marisa Silva, que a redigi. -----

A Presidente 

A Funcionária 